

Prefeitura suspende contrato e reorganiza estrutura da Saúde

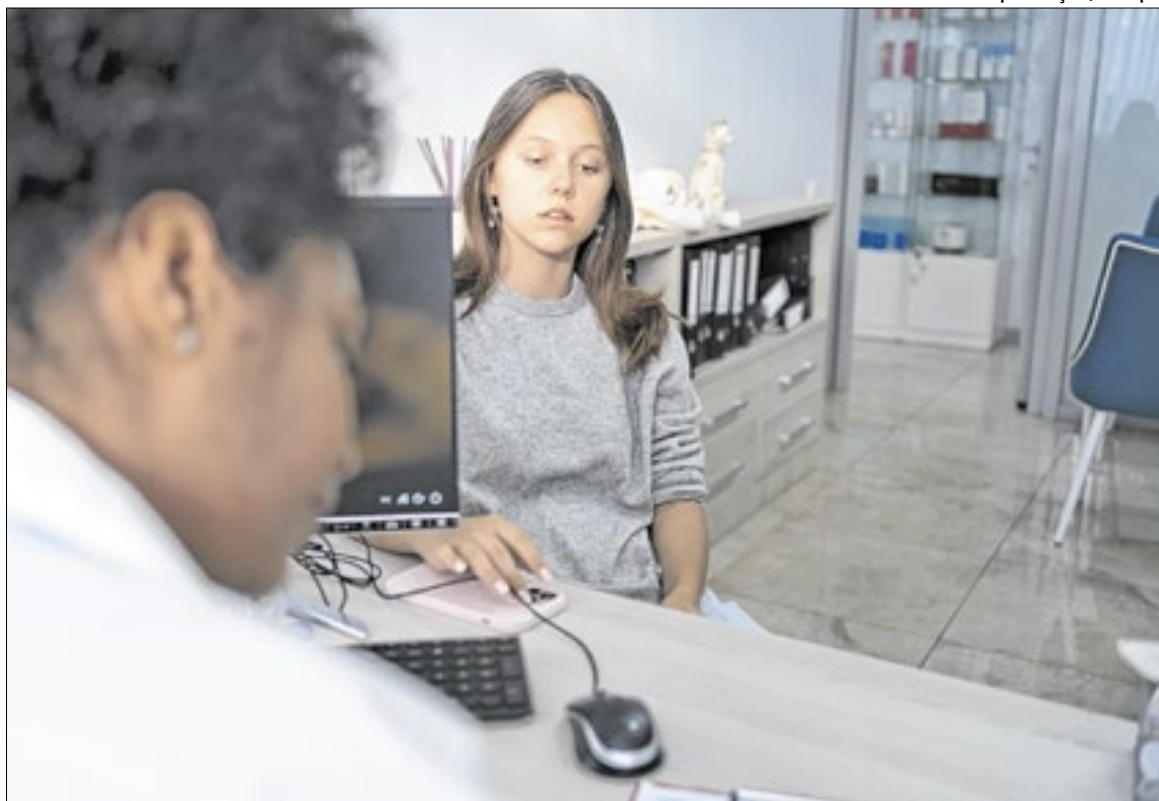
Decisão envolve troca de gestão em serviços e mudanças na administrativas

A Prefeitura de SP publicou atos administrativos que promovem mudanças na gestão e na estrutura organizacional da Secretaria Municipal da Saúde. As medidas envolvem a suspensão cautelar de um contrato de gestão com uma organização social responsável por serviços na rede municipal e uma reorganização administrativa que altera a distribuição de unidades.

Em despacho da Secretaria Municipal da Saúde, foi determinada a suspensão da execução do contrato de gestão firmado com a Associação Filantrópica Nova Esperança (AFNE), entidade que vinha administrando serviços de saúde vinculados ao município. A decisão também prevê a interrupção imediata dos repasses financeiros.

A medida foi adotada após manifestação da Controladoria Geral do Município (CGM), que apontou a necessidade de adoção de providência cautelar para assegurar a continuidade da prestação dos serviços de saúde. A orientação foi formalizada em decisão emitida no início de março, com base em dispositivos da legislação municipal que regulam contratos de gestão e a atuação de organizações sociais na administração pública.

O contrato suspenso havia sido firmado em novembro de 2021 entre a Secretaria Municipal da Saúde e a entidade responsável pela gestão das atividades. De acordo com o despacho administrativo, a suspensão foi autorizada com base



Reprodução/FreePik

A prefeitura estabeleceu prazo de até 60 dias para a implementação das mudanças

no poder geral de cautela da administração pública e em cláusula prevista no próprio contrato.

Após ser notificada oficialmente sobre a decisão, a organização social informou à secretaria que está à disposição para colaborar com o processo de transição necessário para a mudança na gestão dos serviços.

Com a suspensão do contrato, a secretaria determinou o início das providências administrativas e operacionais para a transferência da gestão a outra entidade. A execução dos serviços passará a ser assumida pela Sociedade Brasileira

Caminho de Damasco (SBCD), organização social que deverá conduzir as atividades atualmente vinculadas ao contrato suspenso.

Segundo a pasta, a mudança deverá ocorrer sem interrupção no atendimento à população. O despacho também prevê a manutenção integral das equipes assistenciais que atuam nas unidades envolvidas, com a transferência dos contratos de trabalho dos profissionais para a nova entidade responsável pela gestão.

Para acompanhar o processo, a Secretaria Municipal da Saúde instituiu uma comissão de transi-

ção responsável por coordenar e supervisionar as etapas administrativas, assistenciais, operacionais e patrimoniais necessárias à continuidade dos serviços. O grupo foi designado por meio de portaria e terá prazo máximo de 60 dias corridos para concluir os trabalhos.

Paralelamente à mudança na gestão contratual, a prefeitura publicou decreto que promove alterações na estrutura organizacional da Secretaria Municipal da Saúde. A norma determina a extinção da Coordenadoria Regional de Saúde de Centro (CRS Centro), que

fazia parte da organização administrativa da rede municipal.

Com a reorganização, atribuições, estruturas e recursos vinculados à antiga coordenadoria serão redistribuídos dentro da secretaria. Entre as mudanças está a transferência da Supervisão Técnica de Saúde Santa Cecília para a Coordenadoria Regional de Saúde de Norte (CRS Norte).

A unidade também passa a ter nova denominação, passando a se chamar Supervisão Técnica de Saúde Sé/Santa Cecília. A supervisão ficará responsável pela gestão das unidades de saúde localizadas no território da Subprefeitura Sé, que inclui os distritos administrativos Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, República, Santa Cecília e Sé.

Além da mudança envolvendo a supervisão técnica, o decreto determina a redistribuição de bens patrimoniais, contratos em vigor, acervo documental, servidores e recursos orçamentários que estavam vinculados à coordenadoria extinta. Esses elementos passarão a integrar a estrutura da Coordenadoria Regional de Saúde Norte.

A norma ajusta o quadro de cargos de provimento em comissão da Secretaria Municipal da Saúde. As alterações fazem parte da adequação da estrutura administrativa.

A prefeitura de SP estabeleceu prazo de até 60 dias para a implementação das mudanças administrativas previstas no decreto.

Prefeitura abre consulta sobre Boulevard São João

A Prefeitura de SP iniciou uma consulta pública on-line sobre o projeto Boulevard São João, proposta de requalificação urbana para um trecho do centro da capital. A iniciativa é conduzida pela Secretaria de Urbanismo e Licenciamento e ficará disponível para contribuições da população até o dia 24 de março na plataforma Participe+.

O projeto prevê intervenções no trecho da Avenida São João entre o Largo do Paissandu e o cruzamento com a Avenida Ipiranga. A proposta envolve parceria com a iniciativa privada e estima investimentos de cerca de R\$ 6 milhões, sem custos diretos para o município.

Entre as medidas previstas estão a recuperação de marcos históricos da região, como a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, a estátua da Mãe Preta e o Relógio de Nichile, além da ampliação de calçadas, reorganização do



Divulgação/Prefeitura de SP

Cruzamento São João com a Ipiranga será o foco do projeto

tráfego e instalação de mobiliário urbano para melhorar a circulação.

O plano inclui equipamentos voltados à permanência no espaço, como bicicletários, áreas verdes, parklets, totens informativos e pontos com internet sem fio e recarga USB. A proposta prevê atividades cultu-

rais e festivais gastronômicos.

O projeto contempla a instalação de painéis de LED em edifícios da Av. Ipiranga. A maior parte do conteúdo deverá ser cultural e informativo. A proposta já recebeu aval do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico.

Novo parque em antigo aterro na ZL

Após quase 14 anos de disputa judicial, a Prefeitura de SP recebeu autorização para abrir ao público um parque municipal construído sobre a área de um antigo aterro sanitário em São Miguel Paulista, na Zona Leste da capital. A decisão deruba o embargo que impedia o funcionamento do espaço por causa de possíveis riscos ambientais associados à presença de gases gerados pelo antigo depósito de resíduos.

Com a liberação, a Prefeitura iniciou um mutirão para recuperar estruturas e preparar o local para os visitantes. A expectativa é que o Parque Primavera seja inaugurado no sábado, dia 14. O espaço fica próximo à Avenida Jacu Pêssego e é considerado um dos principais projetos de lazer para a região.

O terreno permaneceu por anos sem uso efetivo enquanto

o processo tramitava na Justiça. Durante esse período, equipamentos instalados no parque se deterioraram por falta de utilização, embora o local tenha mantido serviços de vigilância e manutenção básica, com custos anuais para o município.

A área onde o parque foi implantado funcionou como aterro sanitário até 1988. Na época, moradores da região relatavam problemas relacionados à presença de gases provenientes da decomposição do lixo. Esse histórico levou o Ministério Público a questionar a segurança da implantação do parque e a pedir o embargo das obras em 2012, quando a primeira fase do projeto estava próxima de ser concluída.

Perícias técnicas no local apontaram que o terreno atingiu condições consideradas adequadas para uso público.